

NORMA-PADRÃO E DESVIOS

APLICAÇÃO ACTUAL DA ORTOGRAFIA PORTUGUESA

“A base da relação permanente entre os indivíduos, é a Língua.; e é a Língua, com tudo que traz em si e consigo, que define a Nação” (*Fernando Pessoa*).

A base de relação entre Portugal, os vários milhões de portugueses espalhados pelo Mundo e por países que se estendem pela África, América do Sul, Ásia e Oceânia, é a Língua Portuguesa. Encontramo-la ainda, de forma residual mas bem identificável, na antiga Índia Portuguesa, em Macau, no Sri-Lanca, em Malaca e presente em muitos termos dos léxicos indonésio e japonês.

Como língua viva que é, o Português está sujeito às leis da evolução a que não há vontade humana que se possa opor. Mudanças de cultura, de tempo e de lugar determinam, natural e inevitavelmente, mudanças linguísticas. Mas não se pode contemporizar com a anarquia permis-siva, considerando correctos todos os desvios criados pela ignorância e pelos que privilegiam a total liberdade no falar e no escrever. Sem um conjunto de prescrições dirigidas à conservação da norma linguística, inevitavelmente a unidade de uma língua se perderia. Sem a existência de uma força centrípeta, de uma norma que discipline a sua inevitável e natural evolução, o Português rapidamente ficaria reduzido ao Português de Portugal e este mesmo assim sujeito a dispersar-se em dialectos regionais.

Mas também a norma de uma língua viva, decorrendo dela própria e acompanhando-a na sua evolução natural, não é um conjunto de preceitos rigidamente estabelecidos ou a selecção do que deve ser usado ou rejeitado no âmbito dessa língua. Assim, podemos falar de uma norma-padrão que se aproxima de um certo ideal de correcção e bom gosto, impossível de determinar concretamente mas que os falantes sentem intuitivamente. É ela que actua como modelo, como norma linguística de uma comunidade, que garante a unidade de um idioma mesmo quando falado por vários povos e em diferentes continentes com as suas literaturas e falares diferenciados. Um núcleo-padrão comum que aglutina todos esses falares e atenua os desvios.

Por outro lado, quer falando quer escrevendo, a tradução do pensamento adapta-se a cada momento e circunstância, pode apresentar-se com mais ou menos rigor e precisão, mais ou menos simplicidade e clareza, mais ou menos gosto e elegância. A maneira como nos expressamos admite, pois, vários patamares – desvios à norma-padrão – consoante o nível social do falante, a situação do discurso, etc. Tais desvios não significam, necessariamente, trans-gressões que se oponham às regras definidas pelos gramáticos. Podem situar-se acima ou abaixo relativamente à norma-padrão, consoante a intenção do enunciador e o contexto da enunciação. Poderemos, então, falar de linguagem literária e linguagem poética, de linguagem cuidada e de linguagem familiar, de linguagem dos homens e de

Letrário*

AZ. Torre do Fato, 2 A
1600-298 Lisboa
T.: + 351 21 711 20 20
F.: + 351 21 711 20 29
equipa@letrario.pt | www.letrario.pt

linguagem das mulheres, de língua culta e de língua popular, de língua do Brasil e língua de Angola e por aí fora.

Muitos desvios sobrepõem-se a qualquer análise. São fruto de factores linguísticos ou estão relacionados com tradições e valores culturais, com o gosto do que escreve, com o seu estado psicológico, etc. A literatura moderna e a poesia recorrem frequentemente à técnica do desvio com fins estéticos; e os jovens de hoje têm uma linguagem própria por força de novos estilos de vida e um maior contacto com línguas e países estrangeiros e a introdução de novas tecnologias.

Há situações em que não é fácil, à face da norma e das regras da gramática, estabelecer a grafia correcta desta ou daquela palavra ou da respectiva flexão. Teremos, então, de recorrer – usando o bom-senso e a lógica – à comparação com casos idênticos para se chegar a uma solução que seja aceite pela norma. Também os acordos ortográficos entre países utentes de uma língua comum ou ditados pelo reconhecimento da necessidade de unificação de normas, interferem – positivamente – com a tradição e, conseqüentemente com a norma estabelecida. Já se escreveu “pae” e “mãi”. Hoje o E e o I trocaram de lugar em todos os países de Língua Portuguesa.

Mas descrever ou explicar desvios, ainda que padronizáveis, não implica que a norma-padrão os aceite e os integre automaticamente. É o que acontece, frequentemente, com a transgressão à norma decorrente da introdução de neologismos numa língua consolidada. Há largos anos, mal o futebol começou a aflorar o gosto dos portugueses, houve um filólogo – se não estou em erro, o Prof. Artur Bivar – que propôs o termo “pedibola” para substituir o termo inglês. A comunidade reagiu a esta inovação e preferiu o aportuguesamento do *foot-ball*. Compete aos filólogos a adaptação das palavras estrangeiras e técnicas que vão entrando na nossa Língua, sempre e quando essa adaptação for considerada necessária e útil. Se o não fizerem **com urgência**, outros países utentes do Português o farão e o Português de Portugal acabará desfigurado e irreconhecível.

Quanto à aplicação actual da ortografia portuguesa, julgo poder afirmar que se encontra devidamente consolidada no que concerne aos países que formam os PALOP. E é bastante significativo que, após tantos anos e as vicissitudes por que passou a Língua Portuguesa em Timor, os Timorenses a tenham escolhido como língua de trabalho. Urge, porém, chegar definitivamente a um acordo com o Brasil no sentido de se conseguir a unificação ortográfica com este País, independentemente do modo como determinada palavra é pronunciada no Brasil ou em Portugal ou mesmo em qualquer região do nosso País ou qualquer outro país utente do Português. Defender que é o Brasil que deve ir a reboque de Portugal no que respeita à norma da língua, é fechar os olhos à realidade. O dilema é este: ou desejamos o Português usado por um grande universo de falantes ou vê-lo reduzido a um qualquer dialecto dum recanto europeu com importância ao nível dos falares galego ou basco. As instituições internacionais bem como os estrangeiros interessados em aprender Português, ao depararem com duas normas diferentes optarão, naturalmente, pela que representa o maior número de falantes. “O Brasil é uma grande e pujante nação que não abdica de impor a sua Língua perante as instâncias internacionais. É a Língua do Brasil que interessa ao Mundo. Por esse Mundo ensina-se Português do Brasil” (*Rogério Martins*). Sendo a Língua factor fundamental de unidade, quem melhor defender a Língua Portuguesa melhor situado estará em termos de cooperação entre os povos que a usam quer como língua materna quer como língua de trabalho. Quando tanto se fala de lusofonia e na Galiza se

luta pela inserção de Galego no grupo linguístico luso-afro-brasileiro, não faz o menor sentido pôr em dúvida se no Brasil se fala Português, como se ouve frequentemente.

Não é que o número de palavras do Português do Brasil seja em número elevado, pelo contrário. O problema é que as diferenças incidem exactamente sobre os termos de uso mais corrente. Além de que, presentemente - face à onda de novos termos decorrentes da descoberta de novas tecnologias - o Brasil está incluindo, como fazendo parte de léxico português, palavras trazidas directamente de outras línguas sem a devida adaptação à nossa língua comum. Se Portugal não adoptar uma atitude pragmática e dinâmica em termos de evitar que o Português de Portugal e o do Brasil e dos outros países que constituem a C.P.L.P. se afastem perigosamente, está em risco de perder o único património que nos restou da gesta de "dar mundos novos ao Mundo".

Não nos esqueçamos de que "o maior título de nobreza que um povo pode apresentar à barra da História, é a sua Língua" (*Aquilino Ribeiro*)